

# Lamentada ausência de Figueiredo do País

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Em nome da liderança do PMDB, os deputados José Maria Magalhães (MG) e Mário Frota (AM) elogiaram ontem, na Câmara, a nota conjunta dos presidentes do Brasil, da Argentina, do México e da Colômbia a respeito do problema da dívida externa, mas lamentaram que justamente nesta hora o presidente Figueiredo, que deveria estar no País para tomar as medidas complementares, empreenda uma viagem de 12 dias à China e ao Japão. Esse fato foi considerado também uma contradição pela líder de plantão no PT, deputada Bete Mendes (SP). Mas o deputado Siqueira Campos (GO), pela liderança do PDS, preferiu pedir o apoio de toda a Nação ao governo "para se enfrentar o inimigo comum: as nações ricas que nos espoliam". E assinalou que, não obstante a viagem do presidente Figueiredo, o governo não está acéfalo. "Aí está, no exercício da presidência — disse — o grande vice-presidente Aureliano Chaves, tão endeusado pelas oposições."

A nota conjunta foi também

aplaudida pelos líderes do PTB, Celso Peçanha (RJ) e do PDT, Brandão Monteiro (RJ), tendo este último, porém, notado que o fato veio "comprovar que as oposições tinham razão quando denunciavam o problema do endividamento externo e insistiam na moratória". O deputado culpou também os governos revolucionários pelo vulto assumido pela dívida externa do País.

O vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Hélio Duque (PR), um dos especialistas da oposição em questões econômicas, disse que o Brasil deve dar seqüência à sua atitude de protestar contra as elevadas taxas de juros "que vêm estrangulando as economias do Terceira Mundo".

## FRENTE

O parlamentar opositorista sugeriu que Brasil, México, Argentina, Colômbia, Equador, Venezuela e outros países devem formar uma frente latino-americana de devedores, para exigir um tratamento político e soberano da questão.

Hélio Duque propôs o rompimento com os termos impositivos do

FMI a fim de buscar a retomada do desenvolvimento. Formada a frente, seria estabelecida a suspensão dos pagamentos dos serviços da dívida, pelo prazo de cinco anos, e a sua renegociação com taxas de juros nunca superiores a 6%. "Ao invés de dirigir verbas para a dívida, o País deve canalizar esses recursos para a retomada do desenvolvimento, expurgando a recessão", disse.

O presidente do PDS, senador José Sarney, o líder do partido, deputado Nelson Marchezan, e os senadores Luiz Cavalcante (PDS-AL) e Jutahy Magalhães (PDS-BA) concordaram, ontem, no apoio à decisão do governo brasileiro de propor, aliado a outros países latino-americanos, a revisão dos termos da dívida externa do País.

O Brasil não podia deixar de assumir posição em defesa de seus interesses ante o desinteresse dos países ricos pelas nações em desenvolvimento, disse o dirigente partidário, para quem é impossível manter uma ordem econômica internacional, baseada em decisões unilaterais em que somente resta uma opção, concordar.

"Se os Estados Unidos querem sanear sua economia, que o façam. Não, porém, a nossa custa", observou o líder do governo, deputado Nelson Marchezan, em sua conversa com os jornalistas, em que rejeitou, porém, o recurso à moratória unilateral.

Marchezan defende negociações multilaterais que permitam ao Brasil pagar sua dívida sem sangria de divisas necessárias ao seu desenvolvimento, "porque um país que se imobiliza econômica e socialmente se inviabiliza democraticamente".

## "ESCORCHANTE"

"Parece-me questionável o montante de uma dívida que resulta, em grande parte, da incessante elevação dos juros, feita unilateralmente pelo prestador. Mas o que é de admirar mesmo é que brasileiros tenham concordado com tão suspicaz e escorchante cláusula contratual", opinou o senador Luiz Cavalcante, severo crítico da política econômico-financeira do governo. "Posição patriótica", foi como o deputado Paulo Salim Maluf classificou o manifesto dos países devedores.